



Tecnologia deve ser complemento da segurança e não pode substituir o homem, diz Sindicato



No esteio do surgimento das novas tecnologias a sociedade assiste, dia após dia, a substituição de profissionais de vigilância em importantes frentes de trabalho por máquinas e equipamentos de monitoramento.

Esse tipo de substituição acontece em bancos, shoppings, empresas, condomínios e onde mais as pessoas necessitam se sentir seguras. A troca acontece porque as empresas de vigilância privada, na gana de reduzir gastos com a mão de obra e aumentar os lucros, promovem a troca sem qualquer preocupação. Mas essa substituição é capaz de garan-

tir com a mesma eficiência a segurança ao cliente? De acordo com o presidente do Sindicato dos Vigilantes de Barueri, Amaro Pereira da Silva, não.

Amaro lembra que a segurança eletrônica deve ser utilizada, mas como complemento do trabalho do vigilante. “A tecnologia é importante para identificar situações de risco, aumentando desta maneira a possibilidade de os vigilantes responderem com agilidade e solucionarem qualquer ocorrência. Isso significa que as máquinas podem identificar um problema, mas são pessoas que irão resolvê-lo”, destaca.

SEM FISCALIZAÇÃO OU PREPARO

O presidente do Sindicato dos Vigilantes de Barueri, Amaro Pereira da Silva, destaca que é preciso que haja um treinamento efetivo para os profissionais que irão operar os equipamentos de monitoramento e fiscalização. Segundo ele, pessoas sem qualquer preparo estão sendo utilizadas para uma função de grande responsabilidade. “Na segurança privada o uso de tecnologias - acompanhado por pessoas treinadas - têm efeitos muito positivos.

CLIENTES SEMPRE ALERTAS

Ou ponto defendido por Amaro Pereira da Silva é que os clientes não podem se deixar enganar: Dificilmente haverá segurança total em um condomínio, banco ou loja se apenas equipamentos forem utilizados. O sindicalista enfatiza que o contato humano em situações de risco é fundamental para oferecer tranquilidade ao cidadão. “O olho no olho, a presença humana é o que impede que grandes tragédias aconteçam”, defende.

Estatuto da Segurança Privada deve regulamentar Segurança Eletrônica



Tramita no Senado uma proposta que deve criar o Estatuto da Segurança Privada (PL 4238/2012). O projeto, que é um apinhado de outras propostas apresentados na Câmara dos deputados e no Senado desde 1995, pretende, entre outras coisas, regulamentar o fornecimento de Segurança Eletrônica.

De acordo com o presidente do Sindicato dos Vigilantes de Barueri, Amaro Pereira da Silva, o Sindicato apoia a criação do Estatuto da Segurança Privada por que ele vai regulamentar uma série de serviços oferecidos indiscriminadamente hoje no país.

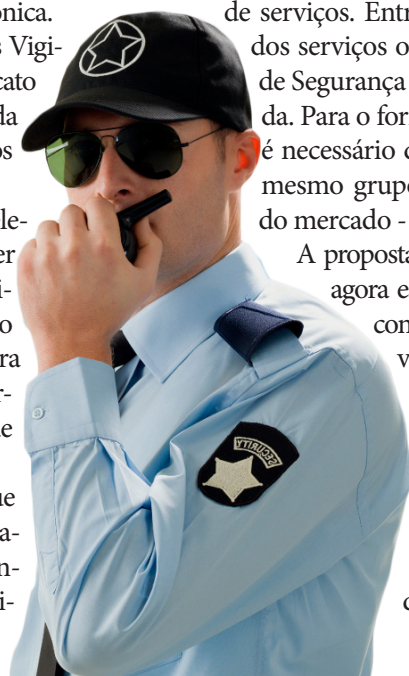
Ele lembra, por exemplo, que a segurança eletrônica é um setor nevrálgico por não ter qualquer regulação. “Esse segmento tem crescido de maneira desordenada e sem controle. Quando o estatuto for aprovado as empresas terão que criar estrutura e contratar profissionais capacitados para o fornecimento do serviço e prestar conta de tudo que fazem à Polícia Federal (PF)”, avalia.

“A questão merece um olhar especial porque hoje não há regras ou cuidados com aquela imagem privilegiada que está sendo captada pelas centrais de monitoramento, se ela está sendo mani-

pulada de maneira correta e muito menos quem está fazendo essa manipulação”, explica.

Ele destaca ainda que as pessoas confundem Segurança Privada com monitoramento, principalmente os tomadores de serviços. Entretanto, é preciso enfatizar que cada um dos serviços oferecidos é diferente do outro. “Empresa de Segurança privada só pode vender segurança privada. Para o fornecimento do serviço de monitoramento é necessário que outra empresa - que pode até ser do mesmo grupo, mas com expertise e reconhecimento do mercado - o faça”, continua.

A proposta (PL 4238/2012) já passou pela Câmara e agora está para ser votado no Senado. De acordo com o sindicalista, a questão das cotas está travando a votação. “As empresas de segurança entendem que não podem se enquadrar na lei de cotas, mas há grupos que defendem que sim”, continua. Sobre o debate, Amaro defende que é saudável, entretanto diz que é primordial que o projeto seja aprovado logo para que regras sejam seguidas por todos os “players” do jogo.



PLANTÃO JURÍDICO

Toda quinta-feira no período da manhã no Sindicato dos Vigilantes de Barueri

